

FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA – OUTRA VEZ*

Cristina Altman**

RESUMO: O presente texto revisita os contornos que assumiram as disciplinas Filologia e Lingüística nas tradições da pesquisa lingüística alemã, portuguesa e brasileira, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Nesses contextos, os conceitos de Lingüística e Filologia sofreram profundas reformulações, tanto no que diz respeito às formas de conceber o objeto linguagem, quanto no que diz respeito às tarefas do lingüista e do filólogo. O texto esquematiza as reformulações por que passaram ambos os metatermos, da perspectiva daqueles que se reconheceram participantes das especialidades: *Philologie*, *Sprachwissenschaft*, *Linguistik*, *Glottik*, *Comparative Philology*, *Comparative Grammar*.

Palavras-chave: *Philologie*, *Sprachwissenschaft*, *Linguistik*, *Glottik*, *Comparative Philology*, *Comparative Grammar*.

*Em homenagem a Eberhard Gärtner,
por ocasião do seu 60º aniversário*

* O tema deste texto, várias vezes por mim revisitado, remonta às minhas primeiras incursões sobre as especificidades da historiografia brasileira em pesquisa lingüística e é aqui apresentado, com pequenas modificações, na forma em que foi submetido à apreciação da Banca do Concurso de Livre-docência na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em dezembro de 2001. Nele se resgata uma pequena parte das relações entre as tradições lingüísticas alemã, portuguesa e brasileira, domínios por que Eberhard Gärtner (1998, 1999) transita com maestria, sugerindo que, sendo históricas, estão longe de adormecidas.

** Universidade de São Paulo.

OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Na sessão de abertura da reunião anual da ABRALIN de 1988, Aryon Dall’Igna Rodrigues (n. 1925), organizador, em 1963, do primeiro curso de Lingüística em nível pós-graduado no Brasil, fez a seguinte observação relativamente às relações entre Filologia e Lingüística:

Com respeito ao termo recorrente “filologia” convém observar que há 25 anos nos achávamos num momento de transição terminológica, em que o nome “lingüística” já começava a generalizar-se e “filologia” passava a ceder-lhe parte do espaço que vinha ocupando tradicionalmente no Brasil. No contexto do Plano Orientador da Universidade de Brasília, “filologia” foi usado sobretudo para significar o estudo científico da língua portuguesa, abrangendo desde o estudo filológico *stricto sensu* dos textos medievais até a pesquisa da fala rural brasileira. (RODRIGUES, 1988, p. 58)

A referida transição entre os campos de estudos designados Filologia e Lingüística naquele contexto significava muito mais do que apenas uma diferença terminológica, como muito bem sabia Rodrigues. A linha de investigação reconhecida hoje no Brasil como “da Lingüística” está inegavelmente ligada à emergência de concepções do objeto-linguagem e de tarefas a serem cumpridas pelo lingüista, bastante diferentes daquelas referendadas pela geração acadêmica anterior (COELHO, 1998). Ao menos foi assim que foi percebida por aqueles que, no Brasil, a institucionalizaram na década de 60. Neste sentido, a busca de autonomia da disciplina Lingüística no Brasil, no século XX, pode ser interpretada não apenas como uma ruptura institucional, mas também como uma ruptura intelectual, que imputou a toda tradição filológica que a antecedeu um valor pejorativo de conhecimento “ultrapassado” (ALTMAN, 1998).

Com efeito, a institucionalização da disciplina Lingüística no Brasil no início dos anos 60 coincidiu com a recepção quase simultânea do(s) estruturalismo(s) da chamada Escola de Praga, do Descritivismo americano e do Gerativismo chomskyano e, em consequência, com um conjunto de procedimentos e valores científi-

cos por vezes conflitantes, desencadeadores do sentimento de descontinuidade entre as emergentes gerações de lingüistas brasileiros das décadas de 60 e 70 e as de décadas passadas. Até o final do século XX, Filologia e Lingüística coexistiram em várias universidades do país como disciplinas autônomas e como duas práticas inconciliáveis. Retome-se, a título de ilustração, o comentário do romanista da Universidade de São Paulo, Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1979), durante o *I Seminário de Lingüística* organizado em 1966, por Ataliba de Castilho (n. 1937), na Faculdade de Marília (SP):

Apenas é de lamentar que, às vezes, as novas pesquisas *menosprezando* as grandes conquistas do passado, *criem certa oposição entre os dois grupos*. Estamos hoje na época do estudo direto, da observação da língua viva, [...]. Referimo-nos ao estruturalismo ou, para usar um termo frequente em nossos dias, à Lingüística Descritiva. [...] *Essa tensão, esses choques se compreendem*. É certo que houve um erro lamentável nos lingüistas do século passado quando pretendiam que a Ciência da Linguagem é essencialmente histórica. Mas parece-me que agora caímos no erro oposto, ao pretender que a Lingüística Sincrônica é a única verdadeiramente científica. (MAURER, 1967, p. 28, os grifos são meus)

Reconhecer os exacerbamentos do passado, tal como sugerido por Maurer, não propiciou a conciliação das especificidades que as duas disciplinas reivindicaram nesses 30 anos que o separam dos pesquisadores brasileiros que hoje se reconhecem filólogos, ou lingüistas. Megale & Cambraia (1999), por exemplo, em trabalho recente sobre *Filologia Portuguesa no Brasil*, introduziram seu texto com uma citação de Castro (1992), em que Filologia é definida como:

[a] ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor. (CASTRO, 1992. Apud MEGALE; CAMBRAIA, 1999, p. 1)

Com efeito, trata-se de um conjunto de tarefas que, dificilmente, um lingüista brasileiro contemporâneo reconheceria como suas – talvez, mais por razões pragmáticas, como a necessidade de divisão

de trabalho, do que por razões ideológicas, ou por necessidade de auto-afirmação profissional, como há 30 ou 40 anos atrás (ALTMAN, 1994).

A recíproca, entretanto, também deve ser levada em conta. Nos termos de Castro (1995, p. 512), se um lingüista contemporâneo, dedicado ao estudo diacrônico da língua, não se sente incomodado em ser por vezes “confundido” com um filólogo, o filólogo interessado na discussão teórica ou metodológica da sua prática, ou orientado para a criação de novos objetos de estudo, “sentirá que a confusão não lhe faz justiça” (idem).

Neste texto, retomo a recorrente questão da emergência e do desenvolvimento das ciências da linguagem no Brasil da perspectiva das gerações que antecederam a criação da disciplina Lingüística *stricto sensu*, ou seja, daquelas que, do ponto de vista contemporâneo, estão à montante do nosso horizonte retrospectivo: Filologia, Glotologia, Gramática e Lingüística.

1 A DIMENSÃO HISTÓRICA DO DEBATE: TRADIÇÕES DE PESQUISA LINGÜÍSTICA

O pano de fundo da inesgotável controvérsia entre filólogos e lingüistas, a partir do momento em que é possível detectar alguma atividade organizada em torno do objeto linguagem no Brasil, remonta a duas tradições de estudo que tiveram grande recepção na comunidade científica brasileira dos séculos XIX e XX: a continental, notadamente francesa e alemã, aqui chamada, abreviadamente, de “européia”; e a anglo-saxônica, popularizada entre nós pelo termo genérico de “norte-americana” (ALTMAN, 1998).¹

Não totalmente por acaso, Koerner (1989b) chamou a atenção para as peculiaridades que os termos “filologia” e “lingüística” assumiram, no século XIX, nos países de língua alemã, francesa e

¹ Evidentemente refiro-me ao contexto de emergência de uma Filologia brasileira, isto é, exercida no Brasil, o que não deve significar que a disciplina Filologia tenha surgido apenas neste momento.

anglo-saxônica. Para o autor, enquanto na França e na Alemanha as designações *linguistique historique* e *historische Sprachwissenschaft* pareciam recobrir sem problemas o campo de estudo designado pela expressão inglesa *historical linguistics* (cf. também AUROUX, 1988, p. 38), o mesmo parece não se ter dado com o termo *philology*.

1.1 O ponto de vista anglo-germânico

August Friedrich Schleicher (1821-1868), o primeiro, segundo Koerner (1989b), a insistir no uso dos dois termos para distinguir, na Lingüística Geral e na Filosofia da Ciência alemã do século XIX, *Philologie* (de orientação literária) de *Neue Philologie* (de orientação “técnica”, comparativa e histórica), institucionalizou suas diferenças.

Como é sabido, Schleicher definiu *Philologie* como uma disciplina histórica, interpretativa, do domínio da *Kritik*, cujo objetivo era o estudo, por meio de textos, do pensamento e da vida cultural de um povo [*Geisteswissenschaftlich*]. Já *Linguistik*,² ciência natural [*Naturwissenschaft*], pelo menos no que dizia respeito ao método de investigação, foi aquela interpretada pelas historiografias dos séculos XIX e XX como a inaugurada por Sir William Jones (1746–1794), Friedrich Schlegel (1772-1829) e Rasmus Rask (1787-1832) – ou, mais tradicionalmente, por Franz Bopp (1791-1867) e Jacob Grimm (MORPURGO-DAVIES, 1994, p. 26-7).³ Nos termos do próprio Schleicher, ainda que em versão francesa:

Ce n'est que depuis peu de temps que la science qui a pour objet la langue en général, s'est séparée en deux branches distinctes. L'une, qui s'appelle la *philologie*, étudie la langue pour arriver par là à la connaissance de l'essence intellectuelle des nationalités; la philologie appartient à l'histoire. L'autre s'appelle la *linguistique*; elle ne s'occupe point de la vie

² Segundo Koerner (1989b), Schleicher não usou o termo *Sprachwissenschaft*.

³ Embora estudos pontuais, como o de Hjelmslev (1950), liguem Rask a outras tradições de estudo lingüístico (Apud MORPURGO-DAVIES 1994, p. 133; 358).

historique des nations: elle est une partie de la physiologie de l'homme.
(SCHLEICHER , 1852, p. 1-2)

A divisão de domínios se tornou clara, ao menos para aqueles que se espelharam nesta tradição: a Lingüística, ou a ciência das formas (fonológicas e morfológicas), estuda o aspecto da linguagem que provém da essência humana, independentemente da sua influência, ou vontade; enquanto a Filologia se encarrega da parte da linguagem que depende do pensamento e vontade individuais, ou seja, da sintaxe e do estilo (SCHLEICHER, 1852, p. 4).

Este modelo alemão de ciência(s) da linguagem – e todo o processo institucional que favoreceu seu desenvolvimento no século XIX: cátedras universitárias, periódicos especializados, sociedades científicas (AMSTERDANSKA, 1987) – foi o mesmo que se disseminou, embora mais lentamente, por todo o universo intelectual europeu do período. E, mesmo fora da Europa, ainda que nos termos de Morpurgo-Davies (1994), de modo menos triunfalista (WHITNEY, 1875).

Esquemáticamente, podemos estabelecer de forma aproximada a seguinte equivalência para os dois termos, nas três tradições nas quais o contexto luso-brasileiro formulou tanto o conceito de ciência lingüística quanto a historiografia que a legitimou como tal: a alemã, a francesa e, ainda que com menor impacto, a anglo-saxônica:

Figura 1. Esquema da equivalência dos metatermos “filologia” e “lingüística” em três tradições de estudos lingüísticos, meados do século XIX

TRADIÇÃO GERMÂNICA (À LA SCHLEICHER)	TRADIÇÃO FRANCESA	TRADIÇÃO ANGLO-SAXÔNICA
PHILOLOGIE 'ESTUDO HISTÓRICO + LITERÁRIO'	PHILOLOGIE 'ESTUDO HISTÓRICO + LITERÁRIO'	PHILOLOGY 'COMPARATIVE PHILOLOGY'
SPRACHWISSENSCHAFT (NEUE PHILOLOGIE)	LINGUISTIQUE	
LINGUISTIK (GLOTTIK) 'CIÊNCIA NATURAL'		LINGUISTICS

Embora se tenha sempre admitido a possibilidade de cooperação entre os dois campos, Filologia e Lingüística se propuseram como dois programas de investigação distintos, que requeriam do investigador, ao menos na visão de Schleicher, duas habilidades crucialmente diferentes: enquanto o filólogo poderia exercer sua prática a partir do conhecimento de uma só língua - ou grego, ou latim, por exemplo -, o lingüista precisaria conhecer muitas línguas para poder analisá-las e compará-las. *Linguistik* rapidamente se tornou sinônimo, pois, no contexto europeu, de *Sprachvergleichung* [gramática comparada] e, por extensão, aquele que a pratica, o lingüista, como “aquele que conhece muitas línguas” (KOERNER, 1989b, p. 351; AUROUX, 1987, p. 447). A equivalência proposta entre Gramática (Histórico-)Comparativa e Ciência lingüística de um lado, e entre “lingüista” e “poliglota”, de outro, também vigoraram no cenário acadêmico brasileiro do início do século XX, e perduraram pelo menos até a década de 60 (CAVALIERE, 2000).⁴

Segundo Koerner (1989b, p. 234), tanto a tradição francesa quanto alemã, aquelas justamente de maior recepção no Brasil neste período, retiveram muito do sentido original do termo *philologia* – “amor ao saber e aos textos” (v. também MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1946, p. 125) – ao atribuírem aos termos *Philologie* e *philologie*, respectivamente, o valor específico de “estudo de textos literários”

Já na tradição anglo-saxônica, ao uso do termo *philology* associou-se desde o início o sentido de estudo histórico [da língua a partir] de textos, ou seja, o estudo dos estados de língua representados nos textos, comparados a outros estados da mesma língua em outros textos, com a finalidade de reconstituir a história dessa língua, ou de uma família de línguas (SWIGGERS, 1986, p. 232; 1998, p. 2).

O termo *philology*, portanto, tal como utilizado nos países de língua inglesa, designava, no século XIX e início do século XX, um tipo

⁴ Estou certa de que os ex-alunos de Filologia Românica da Universidade de São Paulo certamente se lembram da fina ironia do emérito Prof. Isaac Nicolau Salum (1913-1993) por trás da expressão com que se referia à geração dos jovens *scholars* brasileiros dos anos setenta: “... essa geração de lingüistas de uma língua só”.

de estudo bem mais lingüísticamente orientado do que seus cognatos alemão (*Philologie*) e francês (*philologie*). Tanto é que o termo *philology* foi frequentemente usado no sentido de “Lingüística Histórico-Comparativa” [*comparative philology*], campo de estudo geralmente designado nos países de língua alemã por *Sprachwissenschaft* (KOERNER, 1989b, p. 234).

A definição de Leonard Bloomfield (1887-1949), no seu manual de 1933, ainda que em nota de rodapé, como observou Koerner (1984), é significativa:

The term *philology*, in British and in older American usage, is applied not only to the study of culture (especially through literary documents), but also to linguistics. It is important to distinguish between *philology* (German *Philologie*, French *philologie*) and *linguistics* (German *Sprachwissenschaft*, French *linguistique*), since the two studies have little in common. (BLOOMFIELD, 1933. Apud KOERNER, 1984)

Sprachwissenschaft – ou *Linguistik* – foi, pois, a que floresceu no clima intelectual europeu dos séculos XIX e início do século XX, em torno do estudo da natureza e da regularidade da mudança lingüística, da noção de parentesco lingüístico, da língua como jogo de forças (lei do menor esforço, analogia), das metáforas biológicas aplicadas às línguas, e da equação língua, raça e cultura (SWIGGERS, 1986; 1998a, p. 6), ou seja, a partir da atividade dos comparatistas e descritivistas. Dos estudos clássicos, grego e latim, continuaria a se encarregar a *Philologie*.

Quando aconteceu de a *comparative philology* anglo-saxônica extravasar os limites da análise lingüística *stricto sensu*, não o fez em direção às literaturas das línguas sob estudo – embora os textos escritos continuassem sendo sua base de observação –, mas sim em direção à história dos povos e das culturas em que se inseriam essas línguas (SWIGGERS, 1992a e b).

Esses cruzamentos ampliaram o escopo da disciplina Filologia de forma difusa, acentuando sua indeterminação na qualidade de metatermo adequado para designar os programas de investigação que ocupariam o centro das atenções das gerações seguintes:

estudo de textos (literários), estudo da história das línguas e das suas culturas e, por fim, estudo científico-gramatical, tal como proposto pela escola chamada neogramática (SWIGGERS, 1995).

1.2 O ponto de vista românico

Considerada tardia em relação à Filologia Germânica, a Filologia Românica emergiu a partir do *constructo* de uma România idealizada, cujas línguas compartilhariam de um conjunto de propriedades recorrentes de forma tal, que tornou plenamente justificável aos lingüistas do século passado assumirem um ponto de vista particular, isto é, românico, em relação às questões propostas pela Lingüística Geral.⁵

Swiggers (1998b) menciona um estudo sobre o espanhol, o português, o reto-românico, o francês, o italiano e o dácio-românico, precedente aos que serão considerados canônicos pelos romanistas,⁶ que exemplifica as propriedades reconhecidas como comuns a esse subconjunto. Sumariamente, trata-se de línguas que diferem do latim pela pronúncia, pela construção “menos refinada” e por alguns traços morfossintáticos peculiares como: a) ausência do gênero neutro; b) desintegração do sistema casual; c) construção com completivas; d) presença de um sistema de artigos; e) ausência de um passivo sintético e desaparecimento da voz depoente; f) criação de um sistema de auxiliares na conjugação, além de especificidades antro-po-culturais originais em relação ao mundo europeu (SWIGGERS, 1998b, p. 46, minha tradução).

⁵ Remontar a tradição dos estudos românicos ao século XIV, com Dante Alighieri, não compromete, a meu ver, a interpretação da emergência de uma concepção forte de “romanidade” neste momento da cronologia dos estudos lingüísticos: é recorrente na historiografia de qualquer disciplina a busca, *a posteriori*, dos pioneiros da tradição científica a qual se filiam (ou da qual se excluem) seus contemporâneos.

⁶ O autor do estudo, Georg Lorenz Diefenbach (1806-1883), não costuma ser incluído, de fato, no rol daqueles apontados pela historiografia oficial como “grandes romanistas” dos séculos XIX e XX.

Com efeito, parece ser o reconhecimento de uma visão românica de mundo que garantiu a continuidade da Filologia e Lingüística românicas desde o século XIX até os dias de hoje e que acentua sua caracterização como unidade à parte, com origem, formação e desenvolvimento histórico-cultural próprios.

Reconhecê-los co-participantes de uma mesma especialidade pela continuidade do objeto não nos impede de observar, entretanto, que os romanistas não permaneceram imunes às discontinuidades metodológicas que caracterizaram os estudos de Lingüística Geral, ao longo dos séculos XIX e XX. Adotaram de forma privilegiada o método histórico-comparativo como ideal de cientificidade (KOERNER, 1989a; OESTERREICHER, 2000), incorporaram sem problemas as tarefas propostas pela Dialektologia, Geografia Lingüística e Etimologia (SWIGGERS, 1996) e, embora tenham passado ao largo do chamado descritivismo norte-americano (COSERIU, 1976[1968]), não recuaram dos desafios que indiretamente lhe apresentaram as escolas de Genebra e Praga e, mais recentemente, das hipóteses do modelo gerativista, tal como proposta por Chomsky (1981) (NEWMAYER, 1998, p. 357).

Como consequência, a idéia de “romanidade” favoreceu a formação de um campo de estudos lingüísticos de estatuto ambíguo, parcialmente integrado à Lingüística Geral e, ao mesmo tempo, parcialmente autônomo em relação a ela.

Parcialmente integrado, porque aplicar as transformações metodológicas em evidência nos séculos XIX e XX a materiais românicos era uma forma de mostrar-se membro participante da comunidade científica dedicada ao estudo da linguagem.

Parcialmente autônomo, porque a romanidade, ao privilegiar o estudo da formação do léxico românico, da sua diversidade sincrônica e diacrônica, acabou por tornar sua metodologia de análise praticamente indissociável de fatores contingentes, sejam históricos, sociais ou culturais.

Se tal distanciamento garantiu, por um lado, o surgimento de certa consciência metodológica crítica em relação à Lingüística Ge-

ral, como interpreta Swiggers (1996c), sem dúvida provocou, de outro, um sentimento recorrente de anacronicidade dos estudos românicos, considerados sempre “atrasados” em relação aos estudos anglo-germânicos. Estes últimos, sim, percebidos, ao longo dos séculos XIX e XX, como os principais renovadores dos métodos da Lingüística, tornando-a uma disciplina mais abstrata e teórica, cuja prática valoriza a elaboração de metaregras gramaticais, que devem dar conta do funcionamento de processos formais mais gerais, por hipótese de trabalho, portanto, universais: “[...] et cela n’a jamais été le point fort des romanistes” (SWIGGERS, 1996, p. 355).

2. FILOLOGIA, GLOTOLOGIA E GRAMÁTICA NO CONTEXTO ACADÊMICO LUSO-BRASILEIRO

A emergência de um domínio autônomo de estudos lingüísticos no Brasil está inevitavelmente ligada às contingências sociais, políticas e intelectuais da segunda metade do século XVIII e XIX europeus – não se pode esquecer que a reforma pombalina que impôs em Portugal e colônias o ensino exclusivo do português é de 1757. Os contornos que assumiram os estudos lingüísticos no Brasil espelham, portanto, os filtros com que Portugal revestiu as tradições alemã, francesa e anglo-saxônica, bem como o lugar que caberia ao estudo do português, no mundo românico. Não que o pensamento português tivesse dado conta das ambigüidades que cercavam o termo (e o campo de estudo da) Filologia, seja a Clássica, seja a que se designou Anglo-Germânica, ou Românica. Mas, inevitavelmente, circunstâncias históricas e lingüísticas, além das relações de ex-colônia e metrópole, favoreciam a circulação de idéias neste eixo: praticamente todos os catedráticos portugueses do século XIX saíram das escolas alemãs, o que automaticamente os transformava para nós em tradutores e representantes do(s) modelo(s) de ciência da linguagem que nelas estiveram em evidência.

Não se pode, pois, subestimar o impacto, voluntário ou não, que exerceram sobre a formação de um pensamento lingüístico bra-

sileiro, entre outros, Aniceto Gonçalves dos Reis Vianna (1840-1919), Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), Epiphânio Dias (1841-1916), D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1926), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), Meyer Lübke (1861-1936),⁷ ainda que não fossem, entre si, visões consistentes.

Na leitura de D. Carolina Michaëlis (1946, p. 142-3), por exemplo, Adolfo Coelho teria restringido por demais o conceito de Filologia, ao defini-la como o estudo dos textos literários, diferente do estudo da língua, que designou por um termo já de largo uso na comunidade lingüística internacional: Glotologia Geral. Com efeito, em sua *Lingua Portuguesa* de 1880 (1a. ed.), “para uso dos Lyceus”, o autor definiu os dois estudos como:

[*Glottologia* é] a sciencia que tem por objecto a expressão do pensamento por meio de signaes e especialmente por meio de movimentos acusticos (glottica); a glottologia em sentido estricto é por isso a sciencia da linguagem propriamente dicta [...]. [E a] *Philologia* propriamente dicta é o conjunto de conhecimentos que se referem á litteratura d'um ou mais povos e à língua que serve de instrumento a essa litteratura, consideradas principalmente como a mais completa manifestação do espirito d'esse povo ou desses povos. (COELHO, 1887[1880], p. 10)

Ao menos em teoria, pareciam razoavelmente claras para Adolfo Coelho as diferentes tarefas que consistiam: a) o estudo da literatura, isto é, a Filologia, que incluía também o estudo da língua em que esta se manifestava; b) o estudo prático das línguas, como ensino de segunda língua, questões ortográficas, ensino de língua aos surdos-mudos; e c) e o estudo científico da linguagem propriamente dito, isto é, aquele que designou Glotologia.

⁷ O necrológio a Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), no v. III da *Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa*, é um bom exemplo. Nele, o articulista menciona os principais autores das “investigações glottologicas autorizadissimas” que inspiraram o homenageado: “Meyer-Lübke, Diez, Bopp, Reinach, Gaston Paris, Damesteter, Michel Bréal, Hovelacque, Dalon, Max Müller, Brachet, Ayer, Brunot, R. de Vasconcellos, Torres y Gomez, Julio Moreira, Gonçalves Vianna, José Leite de Vasconcellos, Adolpho Coelho, João Ribeiro e do próprio sr. Ruy Barbosa [...]” (CAMPOS, 1921, p. 8)

Responsável pela cadeira designada Ciência da Linguagem, Adolpho Coelho considerava-se professor de Glotologia, já que tratava de assuntos “científicos” propriamente ditos, como Gramática Histórica e Comparativa e Classificação das línguas. Para ele estava claro que tanto a Filologia quanto a Glotologia eram ciências historiológicas, isto é, ciências que estudam os fatos tal como se encadeiam, evoluem e se sucedem. De estatuto diferente, portanto, das ciências a que se refere como nomológicas, “que teem por objecto as leis necessarias dos phenomenos, o conhecimento do que necessariamente succede” (idem, p. 15-6), e da lógica: “que estuda as leis dos conceitos, juízos e raciocínios e se torna em theoria do conhecimento do methodo, [...]”

A Glotologia se ocupa de “palavras e construcções sintáticas reaes, de typo determinado”, que estuda nas suas transformações históricas (idem, p. 20-1) – e a *gramática*, seja expositiva (descritiva ou prática), comparada ou histórica, é a parte da Glotologia que trata desses objetos.

A simétrica hierarquia proposta por Coelho, na prática, como era de esperar, funcionava diferente. Sua cadeira foi percebida, e informalmente designada, no contexto português daquele momento, como Filologia Românica ou, simplesmente, como Língua Portuguesa. Para não mencionar interpretações posteriores, como as de Leite de Vasconcelos, aliás, para quem a relação entre as duas disciplinas, Filologia e Glotologia, era exatamente inversa. O estudo científico da língua, isto é, o gramatical (fonético, morfológico, sintático, histórico, comparativo – e dialetológico) é que cabia à Filologia. O estudo dos textos literários “apenas” documentava os fatos lingüísticos de interesse filológico.

Seguir os meandros dessas discussões, tendo em vista o estabelecimento de um mínimo de consenso, é tarefa complexa, mesmo para o leitor de hoje que, além da privilegiada visão que lhe favorece o recuo histórico, experienciou muito mais do que o leitor do século passado várias “revoluções científicas” Imagine-se as dificuldades que teria enfrentado o estudioso brasileiro dos séculos

XIX e XX que, por ventura, não tivesse acesso direto (o que era raro) aos textos em alemão, francês ou inglês.

De qualquer maneira, a abalizada *persona acadêmica* de D. Carolina Michaëlis resumiu o escopo que a Filologia de tradição portuguesa assumiu até a primeira metade do século XX da seguinte maneira:

[...] a meu ver, tanto são *filólogos* os historiadores e investigadores de *literaturas*, como os historiadores e investigadores de *línguas* que procuram resolver cientificamente problemas positivos, historiando e comparando, quer fonéticos, morfológicos, sintáticos – gramaticais, portanto – quer etimológicos, semasiológicos, onomasiológicos (lexicográficos) ou dialectológicos – isto é, *de origens*. E também são *filólogos* os glotólogos pelo assunto que eles cultivam, qual é a linguagem em si, sem fins práticos nem literários, só por ela mesma, como suprema das instituições humanas, de natureza psico-fisiológica [...]. (MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1946, p. 150)

O que se observa é que a Filologia ampliou suas fronteiras de maneira tal a incorporar todos os “novos” objetos lingüísticos revelados pelos estudos comparados. Como resultado, o estatuto da(s) ciência(s) da linguagem se tornaria cada vez mais ambíguo e oscilante.

2.1 Filólogos, gramáticos e lingüistas

Pelo menos para quem seguiu as lições de Adolfo Coelho, estava claro que Lógica não era Gramática, e que Metafísica não era Filologia. Lição devidamente reproduzida, ao menos em teoria, pelos filólogos brasileiros que, admitidamente, reconheceram em Júlio Ribeiro (1845-1890) um “inovador” dos estudos gramaticais, ou seja, aquele que desloca o estudo gramatical do eixo especulativo para o eixo da prática científica. Nos termos do autor da *Grammatica Portuguesa* de 1881:

Os factos de uma lingua qualquer só podem ser cabalmente elucidados pelo estudo historico comparativo da grammatica dessa lingua. As explicações metaphysicas, mais ou menos sutis, mais ou menos engenhosas,

nunca satisfazem. [...] E não me apresento como exibindo novidades: sigo apenas os passos dos Srs. C. Waldbach e Adolpho Coelho, de Diez e Bopp, de todos os mestres de philologia e linguística. (RIBEIRO [Júlio (1885[1881]), p. 333]).

As mudanças que estavam em jogo, na verdade, significavam mais do que uma simples adesão à gramática comparada, dita histórica e científica, em substituição à gramática geral, dita lógica e especulativa. Tratava-se da subversão radical, em relação à geração anterior, de certos valores em matéria de ciência lingüística e, por extensão, de modos de reflexão e de práticas de análise.

Na nova ordem, o estudo empírico do *uso* lingüístico (ainda que fosse sempre aquele abonado pelos “grandes escritores”) deveria preceder à teoria; e a explicação das formas e funções lingüísticas não deveria advir das coerções lógicas, mas, sim, das causas históricas. Decidir se essa causalidade histórica era necessária, ou contingente, aperfeiçoadora ou degeneradora, enriquecedora ou corruptora, desencadearia novos problemas e, *ça va sans dire*, acaloradas discussões.

Neste sentido, não consigo deixar de admirar – embora discorde dos argumentos – a força retórica da geração de articulistas da *Revista de Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro), em defesa do que consideravam “a boa forma de linguagem” Observem:

Os que não se querem dar ao trabalho de estudar a linguagem, os que se pretendem forrar á tarefa, muitas vezes, extenuante de escavar as belezas que vivem nos subterraneos das idades mortas, prégam a anarquia, a desordem, a demagogia vocabular, o esbulho da etymologia, a dynamitação da syntáxe, e a condenação á morte dos que lhes esbarram os desmandos. E, entretanto, sem nenhum estudo e sem nenhuma autoridade, se apregoam criadores de nova linguagem, e se arrogam o direito de forjar palavras, de subverter a ordem da sociedade grammatical, e de gerar neologismos teratologicos provenientes de copulas espurias em leitos de prostituição, entre lobo e cão ou a deshoras, nos becos escusos do mais sórdido calão. (Sousa, 1922, p. 103)

O programa de investigação da Filologia que herdamos do século XIX propunha, de um lado, a reconstrução da fonética, morfologia, sintaxe e etimologia do português e, de outro, a (re)edição crítica de textos do

português medieval, arcaico, e de prestigiados escritores de língua portuguesa. Esta linha de trabalho, embora tenha tido sua hegemonia ameaçada, inicialmente na década de 1930, pelo crescente interesse por dados do português oral (PINTO, 1981, p. XVIII), continuou em franca atividade até, pelo menos, o final da década de 60, e subsiste até hoje em alguns departamentos universitários e nas academias de Letras do país, ainda que não ocupe o centro das atenções da comunidade científica brasileira como um todo.

Nos círculos brasileiros do final do século XIX e primeira metade do século XX, circulavam, sob o amplo guarda-chuva do termo “filologia”, figuras de interesse e orientação tão díspares do ponto de vista contemporâneo – edição de textos antigos, gramáticas históricas ou normativas; dialetologia; etimologia; estilística; crítica da literatura – quanto as de Sotero dos Reis (1800-1871), Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), Fausto Barreto (1852-1915), Manoel Pacheco da Silva Jr. (1842-1899), Mário Barreto (1879-1931), Alfredo Gomes (1859-1924), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Maximino Maciel (1865-1923), João Ribeiro (1860-1934), Manuel Said Ali (1861-1953), Amadeu Amaral (1875-1929), Otoniel Mota (1878-1951), José Oiticica (1882-1957), Sousa da Silveira (1883-1967), Antenor Nascentes (1886-1966), Augusto Magne, S. J. (1887-1966), Clóvis Monteiro (1898-1961) (COELHO, 1998, p. 81 e nota p. 82).

Todos reconhecidamente filólogos (e autodidatas) que, ao lado e além de um sem-número de outros profissionais, se interessavam e versavam sobre questões lingüísticas e, não raro, publicavam-nas em jornais, revistas e mesmo periódicos especializados. Muitos dos livros do período sobre questões de língua portuguesa resultavam da compilação desses artigos ou das respostas dos filólogos e dos gramáticos aos consultórios gramaticais.

Sem dúvida alguma, é dessa literatura periódica e paralela aos manuais de gramática que circulavam pelos ginásios cariocas, principalmente – como o Colégio Militar, o Colégio Pedro II –, que emergiram pelo menos três práticas de análise e descrição gramatical, freqüentemente propostas (e percebidas) como incompatíveis.

Uma, que se apresentava respaldada pelos fundamentos da “moderna” e “elevada” Glotologia, isto é, a dos estudos históricos, ou comparativos, isenta de opiniões e respaldada por documentos e fatos. Eduardo Carlos Pereira é um exemplo prototípico desta posição, incluindo a imprecisão com que incorporava o termo “científico” à sua reflexão. Abonando a definição de gramática de Darmesteter, segundo a qual, “[...] é a gramática de uma língua a determinação das leis naturais, que a regem em sua evolução histórica”, Pereira (1955[1909], p. 17) não se exime, contraditoriamente, de introduzir a mesma gramática com uma respeitável lista das “[a]utoridades clássicas que amplamente autorizam as teorias desta gramática” (idem, p. 13).

Na incerteza e deficiência de nossa legislação gramatical, sentimos necessidade de nos pôr em contato mais íntimo com a língua viva de pessoas cultas, e, cômico de que a língua é um fato social cujas normas não se formulam *a priori*, de gabinete, ao sabor de gramáticos, esmeramos em alargar a documentação clássica de modernos escritores de incontestável competência, em abono das regras que estabelecemos. (PEREIRA, 1955[1909], p. 11)

Uma segunda orientação gramatical, explicitamente prescritiva, de retórica abertamente purista, que se insurgia contra galicismos, hispanismos ou outros “ismos” que ameaçavam a língua, escapava aqui e ali nas entrelinhas das modernas gramáticas brasileiras de orientação científica, mas florescia abertamente nos debates travados nos periódicos especializados do período (PINTO, 1978 e 1981; e o recente estudo de CHRISTINO, 2001), e nos prefácios ou posfácios dos livros dos escritores brasileiros.

Em meios a essas vozes dissonantes, ouvia-se ainda uma terceira, que se insurgia contra certo “gramaticalismo” obtuso, que ignorava o escrever e o falar comuns, e que pretendia “sujeitar os escritores á ferula do gramático” (PINTO, 1924, p. 333).

Campo aberto de investigação, também no Brasil, a Filologia perdia de vista os contornos do seu objeto: encampara ao estudo literário questões glotológicas, de que a análise gramatical era uma

parte importante, embora não a única, e via-se, na prática, pressionada entre a postura isenta e desapaixonada dos cientistas diante da inexorabilidade das leis naturais e a cobrança dos falantes da língua, d'aquém e d'além mar, sobre os critérios que deveriam prevalecer no estabelecimento da(s) forma(s) correta(s) da língua: a tradição literária ou o uso oral. Posições que mais de um filólogo da época assumia, não raro, ao sabor das conveniências.

Admitindo que os termos escolhidos para as designações das cátedras, centros e publicações periódicas deste período refletiam a orientação autorizada para o tratamento de assuntos lingüísticos, pode-se afirmar que o grupo de especialidade em evidência até a década de 60 no Brasil foi, sem dúvida, o da Filologia. E, conseqüentemente, o estatuto socioprofissional e científico que legitimava o trabalho dos pesquisadores dedicados à matéria lingüística era o de “filólogo”. Aos trabalhos produzidos sob esta orientação, a literatura crítica posterior reputou várias das maiores contribuições ao conhecimento diacrônico da língua portuguesa.⁸ O conteúdo programático da Filologia brasileira enfatizou, de um lado, o estudo histórico (gramatical) do português – principalmente, Fonética, Morfologia, Sintaxe, Lexicologia/Etimologia – dentro de um quadro político e cultural mais amplo. E, de outro, a elaboração de edições críticas de textos do português medieval, arcaico e de escritores portugueses e brasileiros – sobretudo poetas.

2.2 O conceito perene de filologia

A ambigüidade que cercou o termo “filologia”, entendida ora como uma ciência interpretativa, histórica, ora como uma ciência natural está bem ilustrada nesses dois comentários, extraídos de obras de dois intelectuais brasileiros da década de 1930.

⁸ Para alguns exemplos da visão de lingüistas posteriores sobre esta produção ver ALTMAN, 1997.

Em tese apresentada no Concurso de Filologia Portuguesa, da Universidade de São Paulo, o candidato Geraldo Ulhôa Cintra definiu Filologia como:

[...] o estudo completo comparativo, filosófico, literário, histórico das línguas (ou de uma língua) consideradas em seus princípios, nas relações existentes entre elas, nas leis fonéticas que presidem à formação dos vocábulos, na origem das suas raízes e das suas formas. (CINTRA, 1939, p. 85)

Enquanto Alceu Amoroso Lima apregoava que:

Não podemos mais, hoje em dia, aceitar esse critério. A filologia passou a ser, para nós, uma coisa diversa. E o filólogo um ser diferente desse que nos tinham imposto./ Ao passo que o filólogo de ontem devia conhecer, sobretudo, línguas mortas e regras fixas, o filólogo de hoje deve conhecer homens vivos e estados sociais. Se a etimologia e a erudição literária escrita eram os grandes instrumentos de trabalho do filólogo de ontem, hoje em dia a psicologia, a fonética experimental, a etnografia e a sociologia devem ser os utensílios do nosso filólogo./ Ao passo que o de ontem devia conhecer a fundo os clássicos portugueses, o de hoje deve conhecer a fundo os homens brasileiros. Ao passo que o de ontem devia ou podia viver entre livros e fichas, fechado em seu gabinete, o de hoje deve viver, sobretudo, ao ar livre, e ouvir o que os homens falam e a registrar as formas usuais da conversação. Ao passo que o de ontem se preocupava só com a língua, em sua cronologia histórica, o de hoje deve estudar a língua em sua origem humana. (AMOROSO LIMA, Alceu, 1930. Apud PINTO, 198, p. 95).

Professores como Manuel Said Ali (1861-1953), Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (1883-1967), Antenor Nascentes (1886-1972), Augusto Magne (1887-1966), Ernesto de Faria (1906-1962), Silvio Edmundo Elia (1913-1999), Serafim da Silva Neto (1917-1960), Gladstone Chaves de Melo (1917-2001), Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1979), Isaac Nicolau Salum (1913-1993), Francisco da Silveira Bueno (1898-1989), Celso Ferreira da Cunha (1917-1989), Antonio Houaiss (1915-1999), embora não fossem todos da mesma geração, nem tenham produzido exatamente sobre os mesmos assuntos, fizeram parte de uma tradição de pesquisa vista pelos seus contemporâneos como contínua, passaram para a literatura crítica posterior como “grandes filólogos”

E como filólogos privilegiaram ao longo do século XX o estudo da língua portuguesa (em detrimento de outras centenas de línguas autóctones, por exemplo.) Na preferência da Lingüística latino-americana pelo estudo das línguas nacionais, assinalada por Coseriu (1976([1968])), o Brasil parece, pois, não ter constituído exceção. Reconstituir os processos de formação dos nossos estudos lingüísticos, do ponto de vista do seu objeto material equivale, de certa maneira, a reconstituir a história do pensamento crítico – e da prática de análise lingüística – sobre o português do Brasil. E, deste ponto de vista, é possível rastrear, a partir da década de 1920, três grandes tendências na abordagem dos fatos de língua no Brasil.

De um lado, a filológica e a dialetológica, ambas caracterizadas, respeitadas suas especificidades, por uma visão da língua como fato sociocultural e por uma orientação diacrônica na análise do português. E, de outro, a lingüística, eminentemente sincrônica, que constituiu desde os anos 60 um programa de investigação autónomo de que tratarei separadamente, na seção seguinte.

Voltados, por assim dizer, verticalmente, para trabalhos de grande erudição sobre o português, como língua de cultura, seria difícil ver surgir, dentre os filólogos da primeira geração, a preocupação com dados da fala do presente, objeto material considerado “menor”. De fato, na alentada discussão, desde o século passado, sobre a existência ou não de uma língua brasileira,⁹ coube a um literato mostrar um novo caminho. Amadeu Amaral (1875-1929) recolocou a questão, até então predominantemente tratada em outros domínios, em termos lingüísticos. Para um velho problema, *O dialeto caipira* (AMARAL, 1976[1920]) definia os parâmetros de uma nova solução, “científica”, entendida aqui como oposta à normativa. Amaral inaugurou o que seria considerado pelas gerações que o sucederam o novo programa de investigação a seguir. Tratava-se de obter, pelo acúmulo de monografias parciais, resul-

⁹ Discussão amplamente documentada nos dois volumes organizados por PINTO, 1978 e 1981. Ver também DUARTE, 1976[1955].

tantes de recolha cuidadosa de fatos, *in loco*, um retrato do dialeto brasileiro.

Mesmo interessados em outros objetos, as primeiras gerações de dialetólogos brasileiros nunca sustentaram uma retórica de ruptura com o programa da Filologia. Pelo contrário, o estudo da variação dialetal residual, rural, contribuiria para fundamentar interpretações histórico-filológicas divergentes sobre os substratos da “língua brasileira”. Dessa maneira, mesmo com o crescente interesse pelos dados contemporâneos da modalidade oral da língua, em detrimento da modalidade literária, não surgiu um novo grupo de especialidade em conflito com o já existente. A dialetologia brasileira, como programa de levantamento de dados das variantes regionais do Português do Brasil foi incorporada, como tal, ao programa da Filologia e, nos anos 50, conquistou amplo espaço institucional. Aos poucos, o programa da Filologia passou a incluir entre suas tarefas, além da reconstrução crítica de textos medievais da România velha, a elaboração de atlas lingüísticos brasileiros regionais, de acordo com os preceitos do método da Geografia Lingüística. A elaboração de um atlas geral do país definia-se, assim, como uma nova meta a ser cumprida por esta geração que, embora questionasse a validade dos métodos empregados pelos autodidatas, deles reconheciam o mérito do pioneirismo e se consideraram seus sucessores, científicos. Os programas da Filologia e Dialetologia unificaram-se, assim, na mesma tradição de pesquisa. Observe-se a definição de Serafim da Silva Neto, na abertura da sua *Revista Brasileira de Filologia*:

Assim, como se vê, os estudos de português do Brasil estendem-se por duas disciplinas filológicas: a Estilística e a Dialectologia. Procuraremos, na medida do possível, publicar interpretações de autores brasileiros, estudos sobre os recursos expressivos da nossa linguagem, bem como pesquisas acerca dos falares brasileiros. (SILVA NETO, 1955: À guisa de prólogo, *RBF* 1, p. 10)

A continuidade desta linha de pesquisa, entretanto, seria interrompida antes de atingir os almejados resultados. No início da década

de 60, o trabalho de pesquisa de campo se tornara repentinamente perigoso em consequência da crise política de 1964 e, embora os principais centros acadêmicos continuassem nas mãos dos filólogos, os estudos lingüísticos não avançaram muito na direção que lhes imprimira Silva Neto. As tentativas de criar condições para que se consolidasse no país a “mentalidade dialetológica” por ele idealizada – preparação de inquiridores, laboratórios de fonética, cursos de nível superior, organização e execução de projetos de âmbito nacional – esbarraram nos obstáculos imensos da extensão territorial do país e da crônica falta de recursos. A(s) variante(s) brasileira(s) do português estava(m) longe de ser descrita(s) e seu mapeamento continuou se fazendo isoladamente – e cada vez menos – em projetos individuais até, pelo menos, o final da década de 80, quando se renovou o interesse pela publicação dos Atlas (ALTMAN, 1998).

Além disso, começava a tomar formas mais nítidas um outro programa de pesquisa que se lhe apresentava como fortemente concorrente: o “estruturalismo”, que adentrava o cenário brasileiro via institucionalização da Lingüística, nos *Currículos Mínimos Federais* das Faculdades de Letras. Em 1968, pesquisadores de várias universidades brasileiras integraram o *Projeto NURC*.¹⁰ Data, aliás, que passou a simbolizar o segundo e mais importante *shifting* teórico-metodológico neste programa: da dialetologia rural, voltada para o registro de variantes regionais ameaçadas de extinção, passa-se à dialetologia vertical, urbana, voltada para o registro de variantes sociais.

A entrada em evidência de um corpo de lingüistas “modernos” no contexto acadêmico brasileiro da segunda metade do século XX significou uma mudança radical na concepção de “lingüística”, em oposição a outras abordagens que então se fazia sobre o objeto

¹⁰ O Projeto NURC (Norma Urbana Culta) data de 1968, “[...] como desdobramento e extensão do ‘Proyecto de estudio co-ordinado de la norma lingüística culta de las principales ciudades de Iberoamerica y de la Península Ibérica’, de autoria do Professor Juan M. Lope Blanch do Colégio de México”, em 1964 (PRETI, 1981, p. 290).

linguagem. Aliás, mais de uma. Ao mesmo tempo em que uma parte da nova geração de lingüistas brasileiros apregoava a abstração do fator tempo na análise das línguas, que deveriam ser estudadas como uma estrutura de unidades dispostas em níveis hierarquicamente organizáveis, outra parte reivindicava a especificidade do campo da Lingüística, não apenas em confronto com os “velhos” filólogos, mas também em franca oposição aos “meramente estruturalistas” Veja-se, em contraste com a definição de Silva Neto, a conceituação que Mattoso Câmara propôs ao termo “filologia”:

FILOLOGIA – Helenismo que significa literalmente, “amor à ciência”; usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto portanto da lingüística. Há, porém, um sentido mais lato para filologia, muito generalizado em português; assim Leite de Vasconcelos entende por filologia portuguesa “o estudo da nossa língua em toda a sua plenitude, e o dos textos em prosa e verso, que servem para a documentar” (VASCONCELOS, 1926, p. 9), o que vem a ser o estudo lingüístico, especialmente diacrônico, focalizado no exame dos textos escritos em vez da pesquisa na língua oral por inquérito com informantes. (MATTOSO CÂMARA, 1978, p. 117)

O processo de formação de dois programas de investigação diferentes (e não compatíveis) na comunidade brasileira de estudiosos da linguagem – um, voltado para o estudo e a (re)edição crítica dos grandes textos literários do passado português, subsidiado pela gramática histórica e pela dialetologia da fala rural; outro, voltado para a descrição de formas lingüísticas em sua solidariedade sincrônica, tais como manifestadas na modalidade oral da(s) língua(s), foi se fazendo mais clara na medida em que também se tornavam mais nítidas as divergências entre os participantes dos dois grupos (ALTMAN 1997, 1998). O que não quer dizer, em absoluto, que a divisão de trabalho entre as duas disciplinas eram favas contadas. Os anos 60 assistiriam a uma nova e definitiva disputa entre Filologia e Lingüística pelos espaços institucionais disponíveis. Paralelamente, ver-se-ia crescer a primazia da abordagem sincrônica, descritiva, sinônima de Lingüística, em detrimento da abordagem diacrônica, histórica, sinônima de Filologia.

3. ENTRE A ESTRUTURA E A HISTÓRIA

Coseriu (1976[1968]) apontou a década de 40 como a da introdução do estruturalismo europeu da escola de Praga na América Latina e os anos 50 como os do início da sua efetiva difusão. Na avaliação do autor, os principais trabalhos em Lingüística publicados no período resultaram de uma extensão do que foi feito na Europa. E isto se deveu não só a coincidências de interesse pelo estudo de materiais românicos, como também resultou da dificuldade de acesso a trabalhos divulgados em outras línguas que não o francês, o que teria limitado o acesso a outras Lingüísticas, que se faziam por outros métodos e sobre outros materiais.

O chamado estruturalismo norte-americano, por exemplo, só se tornaria conhecido mais tarde ainda, quer por razões metodológicas quer por razões ideológicas. Segundo o mesmo autor, as poucas possibilidades de aplicação dos métodos descritivistas às áreas tradicionalmente estudadas pela Lingüística latino-americana (Lexicologia, Dialetolexia lexical, Filologia) e a resistência geral dos estudiosos a uma postura antimentalista no estudo dos fatos lingüísticos – o que implicaria o quase abandono de áreas por eles preferidas, como a semântica e a estilística – seriam um primeiro conjunto de razões para a pequena repercussão da Lingüística Descritiva norte-americana dentre os latino-americanos. Considere-se, ainda, a presença de muitos professores visitantes europeus e a formação, em universidades européias, de muitos dos lingüistas latino-americanos.

Na visão daqueles que estabeleceram a disciplina Lingüística no contexto acadêmico brasileiro na década de 60, sob o escopo do termo “lingüística”, a atividade de reflexão – e, quero crer, de ensino e estudo da disciplina – raramente se voltou para um passado mais remoto do que o século XIX. Na sua *História da Lingüística* de 1975[1962], por exemplo, Joaquim Mattoso Câmara (1904-1970), reconhecido pelas gerações que o sucederam como o primeiro grande lingüista brasileiro, embora tenha incluído reflexões sobre o pensamento lingüístico desde a Antigüidade, dedicou muito mais da sua atenção às tradições que lhe foram contemporâneas.

Na sua concepção, “[a] lingüística é uma ciência muito nova [que] começou a existir na Europa em princípios do século XIX sob o aspecto de um estudo histórico, [...]” (MATTOSO CÂMARA, 1975 [1962], p. 13). Distinta, não apenas da Filologia, que definiu como o estudo dos textos antigos que visa à compreensão dos traços lingüísticos obsoletos, a fim de captar a mensagem artística que encerram, mas também da investigação dos aspectos biológicos relacionados à faculdade da linguagem, e da tradição filosófica grega, abordagens que denominou “biológica” e “lógica”, respectivamente.

A Filologia, ao lado da tradição gramatical normativa e do estudo motivado pelas situações de contato lingüístico constituíam para Mattoso Câmara o campo dos estudos pré-lingüísticos, “[...] isto é, *algo que ainda não é lingüística*.” (MATTOSO CÂMARA, 1975[1962], p. 13, grifo meu). O estudo lógico (filosófico) e o estudo biológico, por sua vez, por não fazerem parte do que considerava o domínio da linguagem propriamente dito, constituíam um domínio a ele limítrofe, na sua denominação, “paralingüístico”

Na retrospectiva do pensamento lingüístico a que se propôs Mattoso Câmara, portanto, antes do século XIX só é possível encontrar, na tradição ocidental, estudos do tipo que denominou pré-lingüísticos e paralingüísticos e, na tradição oriental, mesmo entre os que considerou os “países mais adiantados de então, ou seja, a China e a Índia antigas” (idem) não houve qualquer tipo de lingüística (sic).

Recuperar a visão de Mattoso Câmara da história do conhecimento que considerou “genuinamente” lingüístico, é importante na medida em que nos ajuda a compreender porque as primeiras gerações que se formaram no campo das ciências da linguagem no Brasil passaram ao largo das tradições mais remotas do pensamento lingüístico. Estas estavam fora do escopo do conjunto de conhecimentos que entraram no país sob o nome de Lingüística. Como a “pré-lingüística” e a “paralingüística” não se interromperam, segundo Mattoso Câmara, com o advento da Lingüística, excluir essas abordagens do então novo campo de estudos que acabava de se inaugu-

rar em nosso contexto acadêmico era uma consequência inevitável. Ser lingüista no Brasil significava, naquele momento, filiar-se a uma tradição ocidental, iniciada na Europa do século XIX, e excluir-se da tradição normativa, da investigação da linguagem como fenômeno biológico, do pensamento filosófico grego e, principalmente, da Filologia, então dominante nos círculos universitários brasileiros (ALTMAN, 1998; COELHO, 1998; FRANÇA, 1998). É interessante observar que, por extensão, as tentativas de periodização da produção lingüística brasileira deste período reproduziram este recorte, considerando os estudos lingüísticos no Brasil uma “evolução” em três grandes fases: a gramatical (entendida como normativa), a filológica e a lingüística (cf. por ex.: ELIA 1978; CASTILHO, 1962).

Francisco da Silva Borba, no seu conhecido manual de 1967, *Introdução aos estudos lingüísticos*, de grande recepção nos círculos acadêmicos brasileiros, embora pondere que a preocupação do homem com a sua linguagem venha desde a Antigüidade, situa o surgimento de uma “verdadeira” ciência da linguagem somente no século XIX.

Nos seus termos, desde as “mais remotas civilizações encontramos, então, *mesmo elementar*, uma ciência da linguagem, mas é na fase do comparativismo [...] que entramos *propriamente no período científico da lingüística*” (BORBA, 1967, p. 12; 22, o grifo é meu). Dito de outra maneira, embora apresente uma visão menos radical daquela sugerida pelo manual de Mattoso Câmara no que diz respeito à “conquista pela cientificidade”, o manual de Borba também propõe que o estatuto científico em matéria de estudos lingüísticos só foi verdadeiramente alcançado com o surgimento de uma Lingüística “autônoma”, no século XIX. A superioridade que atribuiu a esta Lingüística, em comparação com outros estudos que se fizeram sobre a linguagem – e que continuaram sendo feitos – está pressuposta em vários trechos do seu texto de 1967. Observe-se:¹¹

A história da ciência da linguagem nos mostra que, até atingir o estado adulto e pleno de hoje, passou por fases em que os estudos lingüísticos

¹¹ Evidentemente, esta colocação, e as que se seguem, refletem um momento específico da reflexão dos seus autores, em um contexto intelectual e histórico determina-

se confundiam com estudos gramaticais ou filológicos. Facilmente se tomava um pelo outro. Mas há diferença entre estudos lingüísticos, filológicos e meramente gramaticais. (BORBA, 1967, p. 33)

O igualmente divulgado manual de Edward Lopes, *Fundamentos da lingüística contemporânea*, como o título escolhido pelo autor sugere - salvo rápidas referências às tradições hindu e grega (LOPES, 1977, p. 26-7) -, não discute o domínio da Lingüística da sua perspectiva histórica. A citação de Saussure sobre a “ciência que estuda os signos no seio da vida social” para a epígrafe que abre o capítulo 1 (idem, p. 15) deixa claro, entretanto, o limite de retrospectção da Lingüística que considerou contemporânea o *Curso de lingüística geral*, de 1916, e o estatuto que lhe atribuiu: uma especialidade (privilegiada) de uma ciência mais geral dos signos, a semiologia ou, como preferiu designar, a semiótica.

É interessante observar que, também no Brasil, nem todos os lingüistas aprenderam no *Curso* as mesmas lições. Contemporaneamente aos livros de Borba, ou Lopes, lê-se em outros manuais, como o de Leonor Scliar-Cabral, por exemplo, de 1973, que “[a] lingüística adquire autonomia a partir de F. de Saussure e de L. Bloomfield” (SCLIAR-CABRAL, 1979, p. 3), o que implica uma seleção bastante diferente da que Lopes propusera, no horizonte retrospectivo dos estudos sobre a linguagem.

Nem mesmo o impacto da recepção à *Cartesian linguistics* – resenhado por Miriam Lemle já em 1967 e divulgado em larga escala à comunidade brasileira em versão portuguesa a partir de 1972 – parece ter provocado interesse significativo pelo estudo das tradições dos séculos XVII e XVIII, tal como ocorreu em outros centros acadêmicos (KOERNER, 1993). A recepção brasileira à leitura que Chomsky fez da tradição cartesiana se deu muito mais no sentido de servir de instrumento de legitimação para uma prática de análi-

do. Retomá-las aqui não deve implicar que os autores mencionados defenderam as mesmas opiniões em outros momentos da sua reflexão ou que continuam a pensar da mesma maneira.

se lingüística que se buscava para o presente do que como estímulo à reflexão histórica sobre as ciências da linguagem do passado.

A descontinuidade – sincrônica e diacrônica, para usar termos contemporâneos – da reflexão sobre a disciplina Lingüística me parece bem caracterizada por estes dois exemplos, em que se cruzam no país estruturalismo(s) e gerativismo(s). Quase que simultaneamente, enquanto Mattoso expressa uma visão estabelecida desde pelo menos meados do século XIX por Schleicher, para quem a *Linguistik*, em oposição a *Philologie*, era a “verdadeira” ciência da linguagem (KOERNER, 1989c), Lemle sugere que a “verdadeira” ciência da linguagem está, na verdade, apenas começando, com a retomada da tradição cartesiana, tal como revista por Chomsky (idem, p. 79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da ciência (e da disciplina) Lingüística no emergente universo acadêmico brasileiro encontrou, pois, no limiar do século XIX europeu o limite do seu horizonte de retrospectão que chegou até nós, via autores alemães, mas, principalmente, via autores franceses e portugueses.

Não é fácil medir o impacto que os manuais de Benfey (1869), Delbrück (1880), Steinthal (1890), Thomsen (1902), Pedersen (1916) e Arens (1955), por exemplo, exerceram na reflexão dos filólogos brasileiros do final do século XIX e início do século XX, já que listar sistematicamente as referências dos livros consultados não fazia parte da prática editorial de então. É bastante razoável admitir, entretanto, que o cânone estabelecido pelos historiógrafos alemães tenha sido praticamente o mesmo que se disseminou entre os brasileiros que se dedicaram à análise Lingüística até, pelo menos, a primeira metade do século XX.

Com efeito, no seu *Manual de filologia portuguesa* de 1952 (Rio de Janeiro: Acadêmica), Serafim da Silva Neto (1917-1960), líder intelectual da segunda geração acadêmica de filólogos brasilei-

ros recomendou “aos interessados pela história das pesquisas etimológicas”, entre outros, a leitura de Benfey (1869), Stenthal (1890-91), E. Wölffin (?), [Eduard Herman] F. Müller (1836-1898), G. Götz (?), [Max] G. Gröber (1844-1911), e E. Fiesel (1981-1937) (SILVA NETO (1988[1952]), p. 247).¹²

Seja sob a designação de Filologia Românica, seja sob a de Lingüística Românica, o fato é que nunca pareceu palatável a qualquer romanista que se reconheça como tal, estudar uma língua desvinculada da sua literatura e, muito menos, descrever sua estrutura gramatical desvinculada daquele que a fala, e o mundo acadêmico luso-brasileiro não é exceção.

Para tanto, a formação ideal de um romanista deve incluir o domínio de uma vasta área de conhecimentos históricos, geográficos, etnográficos, culturais, de modo a dar conta, da forma mais completa possível, da complexidade do seu objeto. A definição de Silva Neto, que transcrevo abaixo, é exemplar, no que diz respeito ao conjunto de valores intelectuais e institucionais cobertos pelas duas designações, no contexto intelectual brasileiro dos anos 50:

[...] o objeto formal da Filologia é estabelecer, explicar e comentar textos, tarefa à primeira vista fácil e pobre, mas que, na verdade, exige larga soma de conhecimentos e grande acuidade mental. A fixação dos textos e sua exegese reclamam conhecimentos lingüísticos, paleográficos, históricos, mitológicos, numismáticos, heráldicos, religiosos, de Poética e outros mais. Então, propriamente, Filologia Portuguesa seria o estudo largo e profundo dos textos da nossa língua para atingir em cheio a mensagem intelectual ou artística nele contida. Já a Lingüística Portuguesa seria o estudo da língua portuguesa como tal, como produto histórico-social realizado de mil maneiras através do tempo e do espaço, sendo que todas essas mil facetas constituem objeto de interesse igual para o lingüista. (SILVA NETO, Conceito e Método da Filologia. Apud COELHO, 1998, p. 67)

Evidentemente não se tratava de uma visão exclusiva de Silva Neto. Idéias e programas de investigação lingüística não brotam, como sabemos, em um vácuo intelectual. Ao que tudo indica, herdamos, pois, não apenas a concepção de linguagem e do fazer lingüístico

¹² Agradeço a Olga Coelho ter chamado minha atenção para essas referências.

da tradição alemã do século XIX, mas também a historiografia que a interpretou – e divulgou – como a “verdadeira” ciência da linguagem.

O conceito de Lingüística, e o de lingüista, sofreria no contexto acadêmico brasileiro do século XX profundas reformulações. Da mesma maneira se alteraria o conceito de Filologia, que acabaria por perder sua especificidade, ao menos aos olhos dos que dela faziam questão de se excluir.

Essa busca de autonomia da Lingüística em relação à tradição entendida como da Filologia pode ser interpretada no Brasil, a partir dos anos 70, não só como uma ruptura socioinstitucional, mas também como uma ruptura com o conhecimento anteriormente por ela produzido. Em outros termos, à busca de uma autonomia institucional e socioprofissional para a Lingüística corria, paralelamente, dentre os lingüistas, a busca por um programa de investigação sobre a linguagem, autônomo. Os lingüistas avançavam como grupo e apresentavam, ao final dos anos 60, uma retórica francamente separatista em termos de problemas a investigar e de tarefas a cumprir; ao mesmo tempo em que começavam a criar e participar de suas próprias instituições.

No segundo confronto entre Filologia e Lingüística, predominaram, desta vez, os segundos. Os estudos lingüísticos efetuados no Brasil passaram a clamar por um outro estatuto de cientificidade após a introdução – ainda que tardia e descontínua – do estruturalismo. A partir dos anos 70, a Lingüística e suas disciplinas constituíram rapidamente um domínio específico e autônomo de investigação e despertaram um interesse e uma procura maior da parte dos pós-graduandos do que a Filologia. Em termos institucionais, profissionais, teóricos e metodológicos, as décadas seguintes seriam dos “lingüistas”¹³

¹³ Esta afirmação não quer dizer, evidentemente, que o programa da *Lingüística* substituiu completamente o programa da *Filologia*. Quero assinalar que, como programas

As diferenças entre as orientações diacrônica e sincrônica, no foco da descontinuidade entre a Filologia e a Lingüística brasileiras dos anos 60, concretizaram a ruptura entre duas práticas e, conseqüentemente, a institucionalização de dois grupos de especialidade que se perceberam divergentes. Os lingüistas que entrevistei para o trabalho de 1993 (ALTMAN, 1998), voltados para o estudo da teoria gramatical, não viam qualquer tipo de relação de continuidade entre o seu trabalho e o trabalho do filólogo ou do dialetólogo, e apresentavam forte índice de rejeição a análises que levavam em consideração aspectos que consideravam externos à análise lingüística das sentenças: socioculturais e/ou pragmático-discursivos. Já aqueles voltados para os diversos tipos de análise de texto (em Lingüística e/ou em Semiótica), embora não vissem relações de continuidade entre seu trabalho e o dos filólogos, principalmente devido à orientação histórica do trabalho destes últimos, reconheciam aspectos complementares nas duas práticas e viam o trabalho de análise gramatical *stricto sensu* à parte.

A descontinuidade entre a Filologia, a Lingüística Histórica e a Lingüística Descritiva, assim como a descontinuidade posterior entre duas Lingüísticas, a “da sentença” e a “do discurso”, foi, pois, percebida como tal e constituiu, sem dúvida, um importante fator de diversificação teórica e metodológica entre as primeiras gerações de *scholars* brasileiros. Nossa produção lingüística até o final dos anos 80 foi essencialmente sincrônica. A rejeição da dimensão diacrônica na análise e descrição lingüísticas favoreceu o sucesso dos modelos gerativos, acrônicos; dos modelos sociolingüísticos, voltados para o estudo da variação lingüística no eixo sincrônico; e dos modelos semióticos, neutros sob este ponto de vista.

O aparente ressurgimento do interesse, no final do século XX, pelas relações entre Filologia e Lingüística (cf. KOERNER, 1997; SWIGGERS,

concorrentes no estudo da língua do Brasil, a abordagem proposta pela Lingüística passou a merecer a atenção de um número maior de pesquisadores, se comparada à abordagem proposta pela *Filologia*.

1998; MATTOS E SILVA, 1983, 1988, 1996, 1999; CASTRO, 1995; COELHO, 1996, 1998; MEGALE, 1999; MEGALE & CAMBRAIA, 1999; CAVALIERE, 2000) pode significar várias coisas. Uma delas, a meu ver, pelo menos no que diz respeito à comunidade científica brasileira, reflete a aspiração dos pesquisadores contemporâneos de reconstruir as tradições de pesquisa que foram apagadas do seu horizonte retrospectivo desde, pelo menos, o século passado: o que traz à tona a questão das tarefas que cabem à Filologia, e as que cabem à Lingüística – outra vez.

BIBLIOGRAFIA

- AARSLEFF, Hans; KELLY, Louis Gerard; NIEDEREHE, Hans-Josef (Ed.) (1987). *Papers in the history of linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- ALTMAN, Cristina (1994). Trinta anos de lingüística brasileira. Movimentos de afirmação e auto-afirmação profissional. *Delta*, 10, n. 2, p. 389-408.
- _____. Fragmentos do século XX. Bibliografia cronológica e comentada sobre produção lingüística brasileira. In: GÄRTNER, Eberhard (Ed.) (1997). *Pesquisas lingüísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt/Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.
- _____. (1998). *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas. (Ed. rev. e ampl. da Tese de Doutorado *Unificação e diversificação da lingüística. Pesquisa documental de produção lingüística brasileira contemporânea (1968-1988)*. São Paulo: FFLCH-USP/ Katholieke Universiteit Leuven, 1993. Munique: Lincom Europa, 1995.)
- AMARAL, Amadeu (1976[1920]). *O dialeto caipira. Gramática - Vocabulário*. 3. ed. São Paulo: Hucitec. (1. ed. 1920. São Paulo: Casa Ed. O Livro; 2. ed. 1955. São Paulo: Anhembi).
- AMSTERDAMSKA, Olga (1987). *Schools of thought. The development of linguistics from Bopp to Saussure*. Dordrecht: Reidel.
- Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936*. USP: FFLCH, 1937.
- ARENS, Hans (1955). *Sprachwissenschaft: der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart*. Freiburg & Munich: K. Alber. (2. ed. aumentada, 1969)
- AUROUX, Sylvain. The first uses of the French word “Linguistique” (1812-1880). In: AARSLEFF, Hans; KELLY, Louis Gerard; NIEDEREHE, Hans-Josef (Ed.) (1987). *Papers in the history of linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- _____. (1988). La notion de linguistique générale. *Histoire Epistemologie Langages*, 10, n. 2, p. 37-56.
- _____. (Ed.) (2000). *Histoire des idées linguistiques*. Brussels: Mardaga, t. III – L'hégémonie du comparatisme.
- BENFEY, Theodor (1869). *Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie in Deutschland seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts, mit einem Rückblick auf die früheren Zeiten*. Munich: J. G. Cotta. (Reimpr. New York: Johnson, 1965)

- CAMPOS, Asterio de (1921). A morte do Philologo. *Revista de Língua Portuguesa. Necrológio a Ernesto Carneiro Ribeiro. Estante Clássica*, v. III, p. 7-10.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1962). Estudos lingüísticos no Brasil. Notas para sua história. *ALFA*, 2, p. 35-143.
- CASTRO, Ivo. O retorno à filologia. In: CUNHA PEREIRA, Cilene da; DIAS PEREIRA, Paulo Roberto (Eds.) (1995). *Miscelânea de estudos filológicos, lingüísticos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CAVALIERE, Ricardo (2000). *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EDUFF.
- CHRISTINO, Beatriz. (2001). Critérios de aceitabilidade gramatical e purismo na década de 1920. *Estudos Lingüísticos*, 30. Versão em CD-ROM. Marília: Fundação Eurípedes Soares da Rocha, Marília, artigo 49.
- CHOMSKY, Noam. (1966). *Cartesian Linguistics. A chapter in the history of rationalist thought*, New York & London: Harper & Row (Trad. portuguesa de Francisco M. Guimarães (1972): *Lingüística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*. Petrópolis: Vozes).
- COELHO, Adolpho F. (1870). Prefácio à *Theoria da Conjugação em Latim e Portuguez. Estudo de Grammatica Comparativa*. Lisboa: Typographia Universal.
- _____. (1887[1880]). *A lingua portugueza. Noções de glottologia geral e especial portugueza Curso de litteratura Nacional*, v. I). 2. ed. emendada e aum. Porto: Magalhães & Moniz. (1. ed., 1880)
- COELHO, Olga (1998). *Serafim da Silva Neto (1917–1960) e a filologia brasileira: Um ensaio historiográfico sobre o papel da liderança na articulação de um paradigma em ciência da linguagem*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- _____. (1999). Filologia e lingüística no Brasil (1940-1960): o ponto de vista filológico. *Boletim III do Grupo de Trabalho em Historiografia da Lingüística Brasileira*. São Paulo: Humanitas. (Texto proferido em Mesa Redonda durante o XI Encontro Nacional da ANPOLL, João Pessoa, 2-6 de junho de 1996.)
- COSERIU, Eugenio (1976[1968]). Perspectivas gerais. In: NARO, Anthony Julius (Org.) (1976). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Trad. de Marilda Winkler Averbug do orig. inglês "General Perspectives". In: SEBEOK, Thomas (Ed.) (1968): *Current trends in linguistics*; v. 4.)
- DELBRÜCK, Berthold (1882[1880]). *Introduction to the study of language: a critical survey of the history and methods of comparative philology of Indo-European languages*. Traduzida para o inglês por Eva Channing. Leipzig: Breitkopf & Härtel. (Nova ed., com prólogo de E.F.K. Koerner. Amsterdam: John Benjamins, 1974; 2. impressão, 1989.)
- DUARTE, Paulo. (1976[1955]). Prefácio: dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, Amadeu (1976[1920]). *O dialeto caipira. Gramática Vocabulário*. 3. ed. São Paulo: Hucitec. (1. ed. 1920. São Paulo: Casa Ed. O Livro; 2. ed. 1955. São Paulo: Anhembi).
- ECO, Umberto (1988). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva. (Trad. de Gilson Cesar Cardoso de Souza do orig. italiano (1977): *Como se fa una tesi di láurea*.)

- ELIA, Hamilton. (1978). Sinopse dos Estudos Lingüísticos no Brasil. In: MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim (1978). *Dicionário de Lingüística e Gramática referente à língua portuguesa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes. (1a. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.)
- ELIA, Edmundo Sílvia (1963). Os estudos filológicos no Brasil. *Ensaio de Filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- _____. (1978). Nota prévia. *Orientações da lingüística moderna*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- FRANÇA, Angela Maria Ribeiro (1998). *Texto e contexto nos escritos lingüísticos de Mattoso Câmara*: 1938-1954. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- GÄRTNER, Eberhard (1998). Zur Entwicklung der Satzstrukturbeschreibung in brasilianischen Gebrauchsgrammatiken des Portugiesischen. In: HUMMEL, Martin; OSSENKOP, Christina (Eds.) (1998). *Lusitana et Românica. Festschrift für Dieter Woll*. Hamburg: Buske.
- _____. (1999). Zur Beschreibung komplexer Sätze in brasilianischen Gebrauchsgrammatiken. In: SKIBITZKI, Bernd; WOTJAK, Barbara (1999). *Linguistik und Deutsch als Fremdsprache*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- HÜLLEN, Werner (Ed.) (1990). *Understanding the historiography of Linguistics. Problems and Projects. Symposium at Essen, 23-25 november 1989*. Münster: Nodus.
- KOERNER, E. F. K. (1984). Remarques critiques sur la linguistique américaine et son historiographie. *Linguisticae Investigationes*, 8, n. 1, p. 87-103.
- _____. (1989a). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1989b). On the Historical Roots of the Philology vs Linguistic Controversy. In: KOERNER, E. F. K. (1989a). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1989c). August Schleicher and Linguistic Science in the Second Half of the 19th Century. In: KOERNER, E. F. K. (1989a). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1995a). Persistent Issues in Linguistic Historiography. In: JANKOWSKY, Kurt R. (Ed.) (1995). *History of linguistics 1993: papers from the sixth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS VI)*. Washington, D.C., 9-14 August 1993. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1997). Linguistics vs Philology: self-definition of a field or rhetorical stance? *Language Sciences*, 19, n. 2, p. 167-75. (Versão revista de texto proferido durante o XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL), em João Pessoa, 2-6 de junho de 1996, trad. de versão anterior para o português por Cristina Altman e Lineide do Lago Salvador Mosca sob o título: Lingüística e Filologia: O eterno debate. *Filologia e Lingüística Portuguesa* (1997), 1, n. 1, p. 7-20. São Paulo: FFLCH-USP).
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1926). *Lições de filologia portuguesa*, 2. ed. melh. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- LEMLE, Miriam (1967). Resenha a Chomsky 1966. *Estudos Lingüísticos*, 2, n. 1/2.
- _____. (1973). O novo estruturalismo em lingüística: Chomsky. *Tempo Brasileiro*, 15/16, p. 55-69. (1a. ed. 1967)

- LOPES, Edward (1993[1977]). *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1983). Reencontro da filologia e da lingüística nos estudos diacrônicos. *Linguagem*, 1.
- ____ (1988). Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. *Delta*, 4, n. 1.
- ____ (1994). *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- ____ (1996). Sobre desencontros e reencontros: filologia e lingüística no Brasil no século XX. *Boletim III do Grupo de Trabalho em Historiografia da Lingüística Brasileira*. São Paulo: Humanitas, p. 17-36. (Texto proferido em Mesa Redonda durante o XI Encontro Nacional da ANPOLL, João Pessoa, 2-6 de junho de 1996.)
- ____ (1999). Orientações atuais da lingüística histórica brasileira. *Delta*, 15, p. 147-66.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim (1939-1940). Lições de lingüística geral. *Revista de Cultura*, 25, p. 99-104, 183-189, 216-22, 279-84; 26, p. 43-7, 81-6, 177-85; 27, p. 21-7, 83-8, 141-6, 202-8; 28, p. 11-7-. Rio de Janeiro: Vozes.
- ____ (1941). *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet. (Reimpr. em 1942)
- ____ (1975[1962]). *História da lingüística*. Petrópolis: Vozes. (Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo dos originais manuscritos em inglês de 1962.)
- ____ (1976[1968]). A lingüística brasileira. (Trad. de Marilda Winkler Averbug do orig. inglês (1968). *Brazilian Linguistics*. In: SEBEOK, Thomas (Ed.) (1968). *Current trends in linguistics*; v.4.). In: NARO, Anthony Julius (Org.) (1976). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ____ (1978). *Dicionário de Lingüística e Gramática referente à língua portuguesa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes. (1a. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.)
- MAURER Jr., Theodoro Henrique (1967). Lingüística histórica. *ALFA*, 11. (Transcrição da conferência proferida no I Seminário de Lingüística, promovido pela FFCL de Marília, em 1966, sem revisão do autor.)
- MEGALE, Heitor (Org.) (1999). *Filologia bandeirante*. São Paulo: Humanitas/Fapesp.
- ____; CAMBRAIA, César Nardelli (1999). Filologia Portuguesa no Brasil. *Delta*, 15.
- MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina (1946). *Lições de filologia portuguesa – segundo as preleções feitas aos cursos de 1912/13*. Lisboa: Edição da 'Revista de Portugal' – série A: Língua Portuguesa.
- MORPURGO-DAVIES, Anna (1994). La linguistica dell'Ottocento. In: LEPSCHY, Giulio C. (Org.) (1994). *Storia della lingüística*. Bologna: Il Mulino, v. III.
- NARO, Anthony Julius (Org.) (1976). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ____; John Reighard (1976[1972]). Bibliografia analítica de Joaquim Mattoso Câmara. (Trad.do orig. inglês (1972): *Analytical bibliography of J.M. Câmara Jr.*, publicada como apêndice à obra Mattoso Câmara Jr (1972): *The portuguese language*, Chicago: The University of Chicago Press.) In: NARO, Anthony Julius (Org.) (1976). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- NEWMAYER, Frederick J. (1998). *Language form and language function*. Cambridge: Mit Press.
- OESTERREICHER, Wulf (2000). L'étude des langues romanes. In: AUROUX, Sylvain (Ed.) (2000). *Histoire des idées linguistiques*. Brussels: Mardaga, t. III – L'hégémonie du comparatisme.
- PEDERSEN, Holger (1931[1924]). *Linguistic science in the nineteenth century*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press.
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1955[1907]). *Gramática expositiva. Curso Superior*. São Paulo: Nacional. (1.ed. 1907)
- ____ (1955[1909]). Prólogo da 2.ed. à sua *Gramática expositiva. Curso Superior*. São Paulo: Nacional.
- PINTO, Edith Pimentel (sel./apres.) (1978). Introdução ao seu *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1: 1820/1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ São Paulo: Edusp.
- ____ (sel./apres.) (1981). Introdução ao seu *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 2: 1920/1945: fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ São Paulo: Edusp.
- RIBEIRO, Julio (1885). *Grammatica portugueza*. 2. ed. refundida e muito aumentada. São Paulo: Teixeira & Irmão. (1.ed. 1881)
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1964). A obra científica de Mattoso Câmara Jr. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 6, p. 83-94.
- ____ (1988). A Lingüística na Universidade de Brasília antes de 1964. *Boletim da ABRALIN*, 9, p. 57-61.
- SCHLEICHER, August (1852). *Les langues de l'Europe moderne*. Paris: Lachange/ Garnier. (Trad. do alemão por Hermann Ewerbeck do orig. alemão (1850) *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht*. Bonn: H. B. König.)
- SCLIAR-CABRAL, LEONOR (1979). *Introdução à lingüística*. Porto Alegre: Globo. (1.ed 1973)
- SILVA NETO, Serafim da (1988[1952]). *Manual de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- ____ (1978[1955]). Prefácio. In: ELIA, Sílvia (1955). *Orientações da lingüística moderna*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- SOUSA, Claudio de (1922). Classicophobia. *Revista de Língua Portuguesa*, 15.
- SOUSA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de (1941). Prefácio. In: MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim (1941). *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet. (Reimpr. em 1942)
- STEINTHAL, Heymann (1890-1891). *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römern, mit besonderer Rücksicht auf die Logik*. 2. ed. ver. Berlin: F. Dümmler, 2v.
- SWIGGERS, Pierre (1986). Philologie (romane) et linguistique). In: KREMER, Dieter (Org.) (1986). *Actes de XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, Université de Trèves*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

- ____ (1989). Histoire et historiographie de la linguistique. *Semiotica. Journal of the International Association for semiotic studies*, 31, n. 1/2.
- ____ (1990a). Histoire et historiographie de l'enseignement du français: modèles, objets et analyses. In: COSTE, Daniel (1990). *Études de linguistique appliquée. Démarches en histoire du français langue étrangère ou seconde*.
- ____ (1990b). Reflections on (models for) Linguistic Historiography. In: HÜLLEN, Werner (Ed.) (1990). *Understanding the historiography of Linguistics. Problems and Projects. Symposium at Essen, 23-25 november 1989*. Münster: Nodus.
- ____ (1992). *De la grammaire générale à la linguistique comparée et typologique: études sur l'histoire de la linguistique de 1700 à 1830*. Tome I: Introduction. Dossier aangeboden tot het verkrijgen van de graad van Geaggregeerde voor het Hoger Onderwijs, Leuven. Inédito.
- ____ (1995a). Les débuts de la 'philologie comparée' et la fin de la grammaire générale: Humboldt entre l'Europe et le Nouveau Monde. *Incontri Linguistici*, 18. Pisa/ Roma: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali.
- ____ (1996). Linguistique romane et linguistique générale: quelques réflexions sur l'étude de leurs rapports. In: LORENZO, Ramón (Ed.) (1996). *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas, Universidade de Santiago de Compostela 1989, Sección de Historia da Lingüística e da Filoloxía Románicas*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Com de FENOSA.
- ____ (1998a). Filologia e lingüística: enlace, divórcio, reconciliação. *Filologia e Lingüística Portuguesa* 2, p.5-18. (Trad. para o português de Lineide Mosca do orig. francês, "Philologie et Linguistique: Mariage, divorce, réconciliation" versão levemente revista de SWIGGERS, 1986, p. 231-42.)
- ____ (1998b). Les débuts de la linguistique romane comparée. *Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain*, 24, n. 1/2, p. 41-52.
- THOMSEN, Vilhelm (Ludvig Peter) (1945). *História de la lingüística*. [Trad. de Javier de Echave-Sustaeta da versão alemã de H. Pollack, *Geschichte der Sprachwissenschaft bis zum Ausgang des 19. Jahrhunderts: Kursgefasste Darstellung der Hauptpunkte*, 1927.) Barcelona: Labor. (1a. ed dinamarquesa 1902)
- ULHÔA Cintra, Geraldo de (1939). *O conceito perene de filologia*. Tese apresentada no Concurso de Filologia Portuguesa, Universidade de São Paulo.
- WHITNEY, William Dwight (1875). *The life and growth of language: an outline of linguistic science*. New York: D. Appelton & Co.; London: H.S. King.

ABSTRACT: The present paper revisits the boundaries drawn between the disciplines Philology and Linguistics within the German, Portuguese and Brazilian research traditions of the language study, from the last quarter of the 19th century until the first half of the 20th century. Within these contexts, the concept of language as an object of study suffered deep reformulations along the developments of both disciplines, as well as the kind of tasks that should be accomplished by the linguist and the philologist. The paper outlines the

reformulations that occurred with both metaterms, from the point of view of those that recognized themselves as participants of the following specialties: *Philologie*, *Sprachwissenschaft*, *Linguistik*, *Glottik*, *Comparative Philology*, *Comparative Grammar*.

Keywords: *Philologie*, *Sprachwissenschaft*, *Linguistik*, *Glottik*, *Comparative Philology*, *Comparative Grammar*.